

Sumário

Prefácio à edição brasileira	9
Prefácio da 5ª Edição	11
Do Prefácio da 5ª Edição	13
Prefácio do Tradutor	15
§1. Introdução	19

PARTE I – PAZ: O ESTADO

Primeiro Capítulo – Legitimidade.....	29
§2. Soberania e legitimidade	29
§3. Função pública, poder e Direito	33
§4. Positivismo jurídico e legitimidade	38
§5. O individualismo utilitarista	43
§6. «Racionalidade material» como fundamento da legitimidade.....	50
§7. Dissolução da normatividade em faticidade	55
§8. Razão prática	58
Segundo Capítulo – Soberania interna e Absolutismo	67
§9. Paz interna	67
§10. O «terceiro partido» na guerra civil confessional	69
§11. Risco: guerra civil com forças policiais.....	75
§12. Soberania do Estado ou de um soberano?	79

§13. As condições de legitimidade da soberania	84
§14. O Absolutismo antes da Revolução Francesa	89

Terceiro Capítulo – Soberania externa e a noção

de Estado do Direito Internacional	95
§15. Soberania e vigência do Direito Internacional	95
§16. A função apaziguadora do conceito de Estado	98
§17. Espécies do conceito de Estado	106
§18. Poder estatal e poder subestatal	110
§19. Poder estatal e poder supra-estatal	115
§20. O território nacional	119
§21. Soberania territorial	122
§22. O povo	126
§23. A nação	129

PARTE II – Liberdade: o Estado Constitucional

Primeiro Capítulo – As raízes do Estado Constitucional

na Inglaterra do século XVII	133
§24. O desafio: Absolutismo na Inglaterra	133
§25. A resposta: <i>Rule of Law</i>	137
§26. « <i>Pouvoir neutre</i> » ou guerra civil com meios policiais?	142
§27. Guerra civil para a paz	146
§28. «O ser humano é mau»	149
§29. A presunção a favor da razão do Direito	158
§30. Estado normal e estado de exceção	164

Segundo Capítulo – Divisão de Poderes e Direitos Humanos

169	169
§31. No Estado Constitucional não há soberano	169
§32. Direitos ou tolerâncias	176
§33. Direitos Humanos: Direito anglo-saxão ou iluminismo jusnaturalista?	181
§34. O Direito fundamental original	184
§35. A origem das constituições americanas	190
§36. Das constituições americanas à Revolução Francesa	194

Terceiro Capítulo – As duas revoluções francesas: 1789 e 1792

201	201
§37. O « <i>pouvoir constituant</i> » (1788 – 1791)	201
§38. Legitimidade por força de aprovação tácita	206

§39. O Estado Constitucional (1791).....	210
§40. Soberania do povo ou do rei	214
§41. O declínio do Estado Constitucional (1792).....	218
§42. Soberania do parlamento (1792 – 1793).....	223
§43. Ditadura assistencialista (1793 – 1794).....	226
§44. Democracia francesa e a anglo-saxônica	232

Quarto Capítulo:

A liberdade individual e a liberdade econômica	239
§45. O liberalismo constitucional e o liberalismo econômico.....	239
§46. Planejamento econômico e a economia planificada	244
§47. O individualismo materialista	248
§48. O corrompimento da economia de mercado pelo individualismo materialista	252
§49. O corrompimento de Estado Constitucional pelo individualismo materialista (no exemplo da Constituição norte-americana)	258
§50. A cavilação dos Direitos Fundamentais.....	263
§51. A resposta marxista ao individualismo materialista	270

PARTE III – Equidade: o Estado Constitucional Democrático

Primeiro Capítulo:

Liberdade e igualdade	277
§52. Conjunção ou contraposição da liberdade e da igualdade?.....	277
§53. Dignidade da pessoa humana.....	283
§54. Outras razões para a liberdade e a igualdade	291
§55. Liberdade, igualdade e democracia com separação de poderes.....	293
§56. A igualdade dos Direitos políticos e dos Direitos cívicos	296
§57. Igualdade na jurisprudência, na administração e na legislação	302
§58. A lei geral e a justiça social	304
§59. Direito de sufrágio universal e igualitário	309

Capítulo Segundo:

Os fundamentos jusnaturalistas do Parlamentarismo	315
§60. Processo judicial e político	315
§61. Partidos e frações	321
§62. Verdade através da discussão pública?.....	328

§63. O questionamento da razão prática	332
§64. Ideologia	336
§65. Relativismo de valor e pluralismo de interesses	342
§66. O conceito dialético da discussão	346
§67. Avanço	351
§68. Maioria, esfera pública, regras de convenção	354

Terceiro Capítulo:

O conceito alternativo: identidade de governantes e governados

§69. «A soberania do povo»	363
§70. Identidade e liberdade	369
§71. Auto-anulação da identidade na democracia	376
§72. Por que o Estado não pode extinguir	379
§73. O Estado Constitucional Democrático – insuficiência democrática?.....	386
§74. Representação ou identidade	390
§75. Quanta identidade é possível?.....	394
§76. Democracia dos conselhos.....	397
§77. O mandado imperativo	402
§78. Causas do fracasso dos conselhos.....	404

Quarto Capítulo:

O Estado Constitucional Democrático na Alemanha

§79. Conservadorismo no século XIX.....	413
§80. Quem detém o « <i>pouvoir constituant</i> »?	421
§81. A revolução constitucional de 1848.....	426
§82. Humilhações do liberalismo democrático.....	430
§83. <i>Rule of Law</i> e Estado de Direito	433
§84. A catástrofe de 1933	436
§85. A falta de resistência do liberalismo alemão	443
§86. As lições a partir do nacional-socialismo	447

Posfácio 2003

Literatura avançada.....